

12º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2021

AValiação da Aplicação da Lei 10.639 Sob a Perspectiva dos Estudantes de Ensino Médio Técnico Integrado de uma Unidade do IFSP

I. SIMÕES¹, M. PINHEIRO²

¹ Graduanda em Licenciatura em Letras - Português/Inglês, IFSP, Câmpus Sertãozinho, iara.simoes@aluno.ifsp.edu.br.

² Doutora em Medicina (Clínica Médica), Docente, IFSP, mariliapinho@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.03.01-3 Ciências Humanas

RESUMO: A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história, cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Apesar das profundas raízes africanas e mais de 50% da população negra, ainda se mantém predominância eurocêntrica e a necessidade de uma identidade nacional integradora, para a qual a lei visa contribuir. O objetivo deste estudo é delinear um panorama de como os estudantes avaliam a aplicação da lei nos cursos técnicos integrados de uma unidade do IFSP, objetivando fornecer subsídios para futuras melhorias. Para isso, foram revisados os projetos de dois cursos técnicos integrados do IFSP, em busca de evidências da aplicação da lei. No entanto, não foi encontrado conteúdo oficial que comprove seu cumprimento. Formulou-se um questionário online, tendo por base pesquisa realizada sobre as formas mais comuns de manifestações racistas em matérias jornalísticas e redes sociais. Este questionário, com perguntas tanto sobre as disciplinas obrigadas a aplicarem a Lei nº 10.639, como perguntas que revelassem o posicionamento da unidade do IFSP frente ao racismo, foi respondido por 71 estudantes dos cursos técnicos integrados. Após a coleta de dados, observou-se que apenas iniciativas isoladas de alguns professores das áreas de humanidades abordam temas relacionados à lei.

PALAVRAS-CHAVE: racismo; história; cultura; afro-brasileira; africana.

EVALUATION OF THE APPLICATION OF LAW 10.639 UNDER THE PERSPECTIVE OF INTEGRATED TECHNICAL HIGH SCHOOL STUDENTS OF AN IFSP UNIT

ABSTRACT: To confirm compliance with Law No. 10.639 / 03 in an IFSP unit, it was necessary to know and study the law in question to understand that its application must be mandatory and essential, assimilating that, without the law, education is not advanced in the fight against racism in Brazil. This racism was easily identified in specialized publications on Facebook in which the target audience was black people, we discovered, in the comments, several racist manifestations. In addition to analyzing the law, we also analyzed the syllabus of integrated technical courses in Chemistry and Industrial Automation at the IFSP unit in search of evidence that proves the application of the law, however, we did not find official content that proves its compliance. So that we could directly ask students in technical courses about compliance with the law, we created a Google form with questions on the topic, on the subjects required to apply Law No. 10.639, in addition to questions that reveal the position of the IFSP unit to the racism. Collecting the data collection, we found that, informally, some professors from the humanities areas of the IFSP unit comply with Law No. 10.639 / 03 through the contents given in the classroom.

KEYWORDS: racism; story; culture; afro-brazilian; african.

INTRODUÇÃO

Publicada em 10 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/2003, em vigor há mais de 16 anos, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Constata-se que, num país com profundas raízes africanas, com mais de 50% da população negra, ainda se mantém predominância fortemente eurocêntrica na educação, denotando a necessidade de superação de resquícios do colonialismo com o reconhecimento de uma identidade nacional própria e integradora, para o qual a lei visa contribuir. A Lei 10.639 simboliza marco histórico da luta antirracista ao estabelecer diretrizes e bases para a educação em âmbito nacional, ela objetiva revisar, no ensino, as contribuições econômicas, culturais e sociais dos negros no processo de formação nacional (FIGUEIREDO, 2014).

Entretanto, discute-se a efetividade do cumprimento da lei. Os possíveis empecilhos seriam a formação do docente, disponibilidade e divulgação de recursos para o ensino, revisão de projetos de curso e de ementários, sistematização da lei e mesmo o racismo institucional, caracterizado por intolerâncias e discriminações enraizadas e naturalizadas na sociedade brasileira. Alguns autores consideram, ainda, que o cerne dos problemas enfrentados na implementação da lei encontra-se justamente na sua inserção em um sistema educacional com bases ideológicas racistas, ou seja, o racismo estrutural. A história da África é, tradicionalmente, pouco contada no Brasil, faltam registros das referências negras nas ciências, nas artes, na política, enfim, em todas as áreas do conhecimento, nos livros didáticos do ensino fundamental e médio. O mesmo ocorre na formação da maioria dos educadores. O objetivo deste estudo é delinear um panorama de como os estudantes avaliam a aplicação da Lei 10.639/2003 nos cursos técnicos integrados de uma unidade do IFSP, de modo a fornecer subsídios para ações futuras de melhoria na efetivação da lei.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação (FIGUEIREDO, 2007). Foram revisados documentos como leis, normas, regulamentos, projetos de curso e possíveis registros para orientação de procedimentos como: intervenções no ensino determinadas por orientações de curso ou demais normas internas, ações de comissões ou outras instâncias previstas na lei 10639/03 ou sua regulamentação. Foram pesquisados documentos institucionais com o objetivo de extrair informações sobre a aplicação da Lei 10639 dos cursos de Automação Industrial e Química de uma unidade do IFSP. Foi feita análise do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), em ambos os cursos citados, suas matrizes curriculares e ementário, principalmente nas disciplinas obrigadas a abordar a História e Cultura Afro-Brasileira, segundo a lei.

Além da pesquisa documental, foi feita pesquisa de campo junto aos estudantes dos cursos técnicos integrados da instituição, realizada por meio de questionário online de múltipla escolha. As respostas objetivas permitem contabilizar quantidades como resultado para fins de análise de proporções e aderência direta aos parâmetros testados. Há cerca de 320 estudantes de ensino médio técnico integrado na instituição. A participação na coleta de dados foi solicitada por meio de envio de link em email institucional destinado a todos os alunos dos 2º, 3º, 4º anos e alunos recém-formados dos cursos técnicos de Química e Automação Industrial da unidade avaliada. Os estudantes de primeiro ano foram excluídos da pesquisa, o curto tempo na Instituição poderia comprometer a avaliação. Os e-mails com link dos questionários foram enviados por três vezes aos estudantes, entre abril e maio de 2021. Foram obtidas 71 respostas.

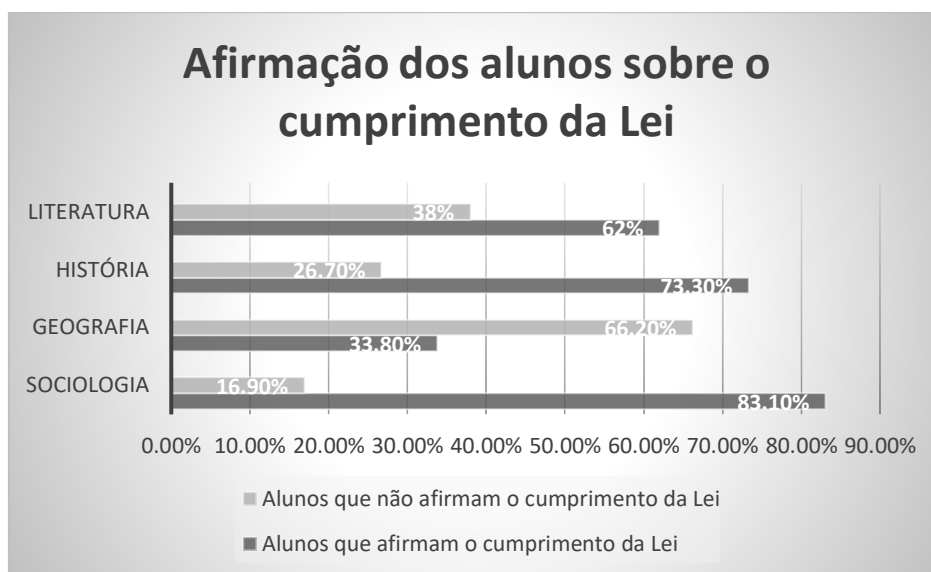
Para efeito de parâmetros de referência na formulação do questionário que foi enviado aos estudantes, foi feita busca nos diversos meios midiáticos sobre manifestações racistas, especialmente nos registros de ocorrências em instituições de ensino. Foram pesquisadas páginas jornalísticas, reportagens que abordaram questões raciais no Brasil para identificar, no senso comum, as narrativas predominantes para a sustentação do racismo. Para a seleção, optou-se pela rede social Facebook, examinando comentários que sucedem às reportagens veiculadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os 71 jovens respondentes, 42,1% deles declaram-se pardos ou pretos, representando menos da metade dos alunos. Apesar de a Lei nº 10.639 existir há 18 anos, apenas uma minoria dos alunos entrevistados afirmou conhecê-la, cerca de 14,1%. Esta baixa porcentagem deixa evidente a pouca divulgação da lei. Assim como rege a Lei, as disciplinas de literatura, história, geografia e sociologia são responsáveis por realizarem seu cumprimento através de seus conteúdos pragmáticos. O

gráfico abaixo representa a opinião dos alunos entrevistados sobre o cumprimento da lei em cada uma destas disciplinas.

Gráfico 1 – Cumprimento da Lei nº 10.639/03 nas disciplinas estipuladas como obrigatórias.



O Gráfico 1 evidencia a disciplina de Sociologia como a que mais aplica o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, somando 83,10% dos alunos, contudo, mesmo assim, 16,90% dos alunos afirmaram não o reconhecer. A disciplina com menor porcentagem de percepção do cumprimento da Lei é a de Geografia, apenas 33,80% dos alunos afirmam identificar conteúdos referentes ao ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. Em ordem crescente para aplicação de Lei 10.639, temos Sociologia, História, Literatura Brasileira e Geografia. No entanto, é necessário destacar que, apesar de os alunos identificarem o cumprimento da Lei nas disciplinas, este cumprimento não pode ser considerado sistematizado e/ou formalizados, pois foram revisados os ementários dos Planos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da unidade IFSP em questão e eles não abordam nenhum conteúdo pertinente à Lei nº 10.639/03. A apresentação destes conteúdos depende de iniciativas dos docentes.

Além dos conteúdos identificados como antirracistas trabalhados em sala de aula, 79% dos alunos afirmaram que a instituição de ensino em questão já promoveu eventos como palestras, sessões de cinema e oficinas artísticas que ressaltam a importância da história e da cultura afro-brasileira e africana na sociedade atual. Entretanto, quando os alunos foram perguntados sobre conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos utilizados em sala de aula por seus professores, 59% não conseguiram identificar tais conteúdos. A conhecida dificuldade de se encontrar conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana nos livros didáticos foi ratificada pelos respondentes, apenas 6% dos alunos afirmam que “sempre” conseguem identificar destaque e ênfase positivos a pessoas negras nestes materiais, os outros 94% dos alunos indicaram: “algumas vezes”, “quase nunca” e “nunca” sobre a frequência destes conteúdos. 95% dos alunos acreditam que a divulgação de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana possa ajudar no combate ao racismo.

Os alunos também foram perguntados se são incentivados pela instituição escolar a consumir conteúdos produzidos por autores negros fora do ambiente escolar, visando a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana, 76% deles responderam que sim, são incentivados. Ainda nas questões sobre a instituição escolar, 97% dos alunos disseram que a unidade IFSP em questão possui atitudes antirracistas, contudo, quando perguntados se existe discriminação racial em sua instituição escolar, 35% alunos responderam que sim, existe discriminação racial.

CONCLUSÕES

Confirma-se, nesta pesquisa, que o Brasil é um país racista, ainda que a maioria de sua população seja composta por pessoas negras. A busca por manifestações racistas nas redes sociais foi, sem dúvidas, a tarefa menos trabalhosa de se realizar. Praticamente todos os *posts* contendo informações destinadas a pessoas negras contém comentários racistas, desde os mais naturalizados, que passam despercebidos devido ao racismo internalizado, até os mais explícitos.

A escola, atualmente, deveria ser considerada um importante polo disseminador do combate ao racismo, é estipulado por Lei que exista o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em todas as instituições de ensino. A educação, é, portanto, a chave para a formação de crianças e adolescentes que não compactuem, mais que isso, internalizem atitudes antirracistas. As crianças e os adolescentes precisam de formação que mitigue preconceitos e discriminação. Parte daí a importância da Lei nº 10.639/03, ela é uma ferramenta para o combate ao racismo.

Apesar de a Lei nº 10.639/03 ter sido publicada há 18 anos, os Planos dos Cursos Técnicos de Química e Automação Industrial do Instituto Federal de São Paulo Campus Sertãozinho não a contemplam. Não existe um parágrafo referente a Lei dentro nos planos. Felizmente, por meio de uma entrevista com os coordenadores dos cursos técnicos integrados, estes afirmaram que, de maneira informal, os professores trabalham o cumprimento da Lei dentro das salas de aula. Ademais, o questionário formulado para averiguar o cumprimento ou não da Lei ratifica o que foi dito pelos coordenadores dos cursos, os alunos afirmaram haver o cumprimento da Lei de maneira informal e/ou parcial nas disciplinas de Sociologia, História, Literatura Brasileira e Geografia, Filosofia, Artes e Educação Artística. Não devemos, porém, nos contentarmos com esse cumprimento informal, pois a Lei nº 10.639/03, assim como as outras, merece ser respeitada e cumprida integralmente. Além disso, devemos problematizar e apontar a questão de o racismo ser uma discussão apenas das disciplinas de humanidades; por que essa discussão não acontece nas demais disciplinas?

Ainda que não exista, oficialmente, o cumprimento da Lei na instituição de ensino em questão, a maioria dos alunos entrevistados (97,2%) acredita que o IFSP Campus Sertãozinho possua atitudes antirracistas, porém 35,2% dos alunos denunciam que exista discriminação racial na escola. Concluímos, portanto, que devido ao não cumprimento oficial da Lei nº 10.639/03, o Instituto Federal de São Paulo Campus Sertãozinho é uma instituição de ensino que ainda reproduz o racismo estrutural embora busque combater o racismo. Ainda há um longo caminho a ser percorrido. Um dos alunos entrevistados adicionou, no final do questionário, um comentário dizendo que, comparado com outras escolas, o IFSP SRT é a instituição que mais combate o racismo que ele conhece. Esta pesquisadora, também aluna, concorda plenamente com este comentário. Como futura professora, vejo o quanto é problemático o não cumprimento da Lei 10.639, não apenas no SRT, mas na maioria das instituições escolares. Deve-se ressaltar que o IFSP possui um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas que vem implementado ações para formação docente que deverá produzir, futuramente, ações mais efetivas para o cumprimento da lei.

AGRADECIMENTOS

À professora orientadora e à professora coorientadora pela orientação durante o desenvolvimento desta pesquisa e pela oportunidade de conhecer todo o conteúdo que me foi transmitido.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, N.M.A. Método e metodologia na pesquisa científica. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FIGUEIREDO, I. P.; PINHEIRO, M. G.; SOARES, A. S. Aspectos Jurídicos do Racismo no Ambiente de Trabalho. Direito e Justiça (URI), v. 14, p. 149, 2014.

GALEÃO-SILVA, L. G.; ALVES, M. A. A Crítica do Conceito de Diversidade nas Organizações. Anais Encontros de estudos organizacionais, p. 2., 2002, Recife.

GOMES, A. B. Aspectos históricos da lei 10.639/03 e a história. Momento 22, n.2, p. 19-38, 2013.

MENEZES, C. V. B. Gilberto Freyre: e o mito se faz história. Revista Meditações. V. 5, n. 2, p.177-184, 2000, Londrina.

SÁ-SILVA, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, 1(1), 2009.

SCHWARCZ, L. M. Espetáculo da miscigenação. Estudos Avançados, 80 (20), 1994.